



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

REQUERIMENTO DE AUDITORIA Nº, DE 2025 (Do Sr Capitão Alden)

Apresentação: 15/08/2025 15:33:15.463 - CE

REQ n.157/2025

Requer a realização de auditoria operacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), para apurar os impactos, riscos e irregularidades decorrentes da decisão do Ministério da Educação de restringir a aquisição de livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2026 às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de auditoria operacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de apurar os impactos, riscos e irregularidades decorrentes da decisão do Ministério da Educação de restringir a aquisição de livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2026 às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental.

JUSTIFICAÇÃO

A decisão do Ministério da Educação (MEC) de restringir, no PNLD 2026, a compra de livros didáticos apenas para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, deixando de fora áreas essenciais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

como História, Geografia, Ciências e Arte, expõe uma escolha pedagógica questionável e revela, mais uma vez, a face mais grave da má gestão educacional brasileira: gasta-se muito, mas gasta-se mal.

O Brasil destina aproximadamente 5,95% do PIB à educação, percentual superior à média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, os resultados obtidos estão longe de refletir esse elevado investimento. Em 2024, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5,3% da população com 15 anos ou mais permanecia analfabeta, o que representa 9,1 milhões de brasileiros. Ainda mais alarmante é o índice de analfabetismo funcional, que afeta 29% da população entre 15 e 64 anos — o mesmo patamar registrado em 2018. Entre os jovens de 15 a 29 anos, a taxa cresceu de 14% para 16% no mesmo período, e até mesmo 12% dos cidadãos com ensino superior completo são considerados analfabetos funcionais.

No que se refere à qualidade do ensino, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2023 aponta estagnação: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental, 5,0 nos anos finais e apenas 4,3 no ensino médio, patamares distantes das metas previstas no Plano Nacional de Educação. Esses indicadores comprovam que o problema central da educação brasileira não é a escassez de recursos, mas a sua má aplicação, marcada por ineficiência e ausência de planejamento estratégico.

A medida anunciada pelo MEC compromete o direito constitucional à educação integral, ao privar milhões de estudantes de conteúdos indispensáveis para sua formação cultural, científica e cidadã. Além disso, ameaça a continuidade de um programa





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

reconhecido nacional e internacionalmente por promover equidade no acesso a materiais de qualidade. Com um orçamento historicamente em torno de R\$ 2 bilhões, o PNLD sofreu corte de R\$ 348 milhões em 2025, sendo este o argumento utilizado para justificar o enfraquecimento da política pública. Tal escolha orçamentária, porém, evidencia prioridades equivocadas e desconsidera o impacto pedagógico negativo de excluir disciplinas fundamentais do ciclo de aprendizagem.

Dessa forma, é imprescindível a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) para examinar, com profundidade, a motivação, os impactos e a legalidade dessa decisão, de modo a assegurar transparência, eficiência no gasto público e proteção ao direito à educação de qualidade para todos os brasileiros.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado **Capitão Alden**

